

AS DISPUTAS TRABALHISTAS NA ARGENTINA DA PÓS-CONVERSIBILIDADE: UMA ANÁLISE À LUZ DOS DEBATES SOBRE A REVITALIZAÇÃO SINDICAL¹

Lucila D'Urso²

Resumo

Nos últimos anos, os debates sobre a revitalização sindical adquiriram relevância nos estudos sindicais latino-americanos. Na Argentina, as discussões se concentraram na investigação sobre as características que assumem o fortalecimento das organizações sindicais em um contexto individualizado pela reativação do conflito laboral e o incremento de negociações coletivas. Foram ressaltados dois diferentes argumentos: de um lado, aqueles que enxergam um processo de recomeço do protagonismo político das cúpulas sindicais vinculadas ao Estado e ao partido oficialista, e, pelo outro, aqueles que consideram que paralelamente a esse processo começaram a ressurgir novas comissões internas e grupos de delegados sindicais nos locais de trabalho, perspectiva que também mencionam outros estudos que focalizam o denominado "sindicalismo das bases".

No marco desse debate, o presente texto analisa os conflitos laborais responsáveis pelas greves no setor privado argentino entre os anos 2006 e 2014, com o objetivo de avaliar o que representam os conflitos laborais na Argentina da pós-conversibilidade e qual é o seu significado como indicador de processos, tais como a revitalização sindical. Ao incluir a totalidade do setor privado, a pesquisa permite analisar a revitalização como tendência geral da dinâmica sindical argentina. Com relação à metodologia, foi utilizada a análise da base de dados e os relatórios elaborados pela Subsecretaria de Programação Técnica e Estudos Laborais (SSPTyEL) do Ministério do Trabalho, Empleo e Seguridad Social (MTEySS).

¹ Nota do tradutor: pós-conversibilidade é a etapa iniciada a partir de 2002, quando foi revogada a lei da conversibilidade, pela qual um peso era equivalente a um dólar.

² Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade de Buenos Aires - (UBA) /. Bolsista do Doutorado Conicet (IIGG-UBA) lucilafurso@gmail.com

Introdução

A dinâmica das relações laborais na Argentina assume formas particulares a partir do ano 2003, quando a conjunção de vários fatores gerou condições propícias para que as organizações sindicais se reposicionassem com relação à década anterior. Nesse sentido, devemos destacar a presença de uma “nova institucionalidade” em matéria laboral, evidenciada, entre outras coisas, na capacidade estatal de mediar conflitos laborais e o incremento da negociação coletiva (LENGYEL; NOVICK, 2007).

Essas mudanças no plano institucional aconteceram no marco de uma reconfiguração econômica caracterizada pelo abandono do modelo de conversibilidade em 2002, que funcionou como fator determinante na recuperação do nível de atividade e na criação de novos postos de trabalho (MAURIZIO *et al.*, 2009). Há também outros trabalhos (SENÉN GONZÁLEZ; MEDWID, 2007) que destacam que a presidência de Néstor Kirchner, iniciada em 2003, implicou numa renovação no relacionamento do governo com os sindicatos, especialmente com aqueles que possuem uma tradição política vinculada ao peronismo. A influência de dirigentes sindicais fundamentalmente pertencentes à Confederação Geral do Trabalho (CGT) foi muito importante durante os primeiros anos do kirchnerismo.

Como efeito, essas mudanças político-institucionais e econômicas geraram condições favoráveis à luta da classe trabalhadora, que levaram a uma mudança na dinâmica da ação coletiva representada por trabalhadores sindicalizados, que, após o estouro no país no final de 2001, começou a crescer significativamente com relação à década anterior. Assim, os conflitos laborais se tornaram a maneira mais relevante de protestar a partir de 2003. Dentre eles, destacam-se aquelas ações nas quais as reclamações salariais foram o principal motivo de mobilizações dos trabalhadores. (SENÉN GONZÁLEZ; DEL BONO 2013; PALOMINO, 2007a).

Isto não supõe a ausência dos sindicatos na década anterior, quando a organização sindical continuou sendo relevante na dinâmica de ação coletiva (IÑIGO CARRERA, 2007). Porém, o comportamento das greves na pós-conversibilidade apresenta novidades na maneira como se expressam e também nas reclamações que as motivam. Isso contribuiu para que fossem abordados os debates sobre revitalização sindical.

A expressão revitalização sindical é uma tradução de *union renewal* e a sua origem está em estudos anglo-saxões do início dos anos 2000, quando pela primeira vez foram analisadas as estratégias de renovação sindical dentro de um contexto adverso, marcado pelo neoliberalismo e a globalização (FREGÉ; KELLY, 2003; BEHERENS *et al.*, 2004). Esses debates também chegaram à Argentina, porém o movimento sindical ressurgiu após as reformas neoliberais da década de 1990, fazendo com que as pesquisas passem a ter outras nuances: questionar as características que assume o fortalecimento das organizações

sindicais em um contexto caracterizado pela reativação do conflito laboral e o incremento das negociações coletivas (SENÉN GONZÁLEZ; DEL BONO, 2013; SENÉN GONZÁLEZ; HAIDAR, 2009).

Duas perspectivas surgem nessa linha: em primeiro lugar, Etchemendy; Collier (2008) dizem que, após um período em que o movimento sindical esteve na defensiva, ele surge como força importante representando a classe operária no setor formal. Para os autores, esse ressurgimento assume a forma de um novo modelo que denominam neocorporativismo segmentado, noção que se refere a uma modalidade de negociação ao nível de cúpulas, na qual sindicatos de carácter monopólico, associações empresariais e o governo pactuam um salário mínimo geral e salários setoriais ajustados às metas de inflação, que são aplicadas apenas em uma minoria da força de trabalho. Por outro lado, Varela (2013) declara que, paralelamente à volta do protagonismo político das cúpulas sindicais vinculadas ao Estado e ao partido oficialista, começaram a ressurgir novas comissões internas e corpos de delegados nos locais de trabalho, ponto de vista também compartilhado por outros estudos que focalizam no denominado “sindicalismo de base” (ATZENI; GHIGLIANI, 2013; LENGUITA; MONTES CATÓ, 2010). Dessa maneira, a discussão fica em geral circunscrita a opinar se o processo de revitalização sindical se produz “desde cima” ou “desde baixo”, desde as cúpulas ou desde as bases operárias.

O presente trabalho trata desses debates. Começamos considerando, como menciona Kelly (1998), que o conflito laboral é um indicador que expressa o nível de poder dos sindicatos, e nesse marco propomos avaliar o que são as lutas trabalhistas na Argentina da pós-conversibilidade e qual é a sua importância como indicador de processos tais como a revitalização sindical. O nosso objetivo é contribuir com as pesquisas existentes que, partindo do conflito laboral como unidade de análise, têm se aprofundado nas discussões sobre revitalização sindical, focalizando em setores específicos da economia (SANTELLA, 2013; LONGO, 2014; HAIDAR, 2013; D’URSO, 2016). Em contrapartida, abordaremos o assunto partindo da análise da dinâmica das greves em todo o setor privado entre 2006 e 2014, por considerar que isso permite avaliar a revitalização como tendência geral da dinâmica sindical argentina.

O trabalho está organizado em três partes. Começaremos apresentando a dinâmica dos conflitos laborais que geraram greves no setor privado argentino, mencionando algumas considerações metodológicas relativas ao estudo desta forma de ação coletiva na Argentina. A seguir, analisaremos de que maneira a conjuntura econômica e os fatores político-organizacionais incidem na dinâmica dos conflitos trabalhistas. E nas reflexões finais retomaremos os principais aportes deste texto e apresentaremos as futuras linhas de trabalho.

Com relação à metodologia, foi utilizada a análise das bases de dados e relatórios elaborados pela Subsecretaria de Programação Técnica e Estudos Laborais (SSPTyEL) do Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social (MTEySS). Essa informação é complementada com dados provenientes do Observatório de Direito Social (ODS).

Os conflitos laborais no setor privado argentino

Considerações metodológicas

As bases de dados do MTEySS e do ODS foram criadas a partir de informações da imprensa, mas considerando diversos critérios de relevamento de dados³. A principal diferença é a informação colocada à disposição para ser consultada: o MTEySS publica relatórios com dados relativos a conflitos laborais que geraram greves, enquanto os relatórios do ODS referem-se a “tipos de ações coletivas” sem estabelecer diferenças do tipo “com greve” ou “sem greve”. A análise que aqui apresentamos foi realizada a partir da base de dados do MTEySS, decisão metodológica que impede considerar outras formas indo além das greves, expressão de conflito capital-trabalho no setor privado e formal. Por este motivo, decidimos complementar a informação proporcionada pelas estatísticas oficiais com algumas considerações efetuadas pelo ODS.

Antes de começarmos a análise dos conflitos laborais com a greve na Argentina da pós-conversibilidade, apresentaremos uma conceitualização relevante para o estudo desta forma de ação coletiva. O MTEySS toma como referência a noção de conflito laboral elaborada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que o define como uma situação de desacordo com relação a uma discrepância entre trabalhadores e empregadores, na qual os trabalhadores ou empregadores reivindicam, apresentam queixas ou brindam apoio a reivindicações ou queixas de outros trabalhadores ou empregadores. A partir desta definição, é estabelecida uma distinção de acordo como é a greve, em caso de haver interrupção temporária do trabalho – conflitos com greve -, ou outras ações causadas por conflitos laborais que não impliquem em interrupção do trabalho.

Em concordância com a noção adotada pela OIT, o MTEySS define um conflito laboral como uma série de eventos desencadeados a partir de uma ação conflitiva realizada por um grupo de trabalhadores ou empregadores para obter reivindicações laborais. Nesse sentido, o conflito laboral não apenas se refere às greves, como também contempla uma diversidade de ações coletivas impulsionadas por trabalhadores, tais como declarações de estado de alerta, anúncios com definição de datas de realização de ações conflitivas, assembleias, mobilizações, retirada de colaboração, greves, cortes ou bloqueios de ruas ou estradas, ocupações (PALOMINO, 2007b).

Considerando a definição apresentada e a informação disponível para consulta, a seguir faremos uma análise dos conflitos laborais com greve no setor privado argentino entre 2006 e 2014⁴. Escolhemos o âmbito privado, pois os

3 A base de dados do MTEySS é constituída pela informação de 125 meios informativos de todo o país consultados diariamente; a eles se somam meios especializados em notícias sindicais. As principais variáveis consideradas para o relevamento são: modalidade do conflito (com ou sem greve e suas variáveis), âmbito institucional (setor privado ou público), província, área e setor de atividade econômica e atores que promovem o conflito. As fontes utilizadas pelo ODS para a coleta de dados são meios massivos de informação em formato digital (cinco jornais regionais e três nacionais). As variáveis consideradas são: sujeitos, âmbito (privado ou público). Dentro do setor privado é considerado o seu desenvolvimento por empresa ou atividade), motivo e tipo de ação coletiva (não se estabelecem diferença do tipo com ou sem greve). Também é detalhada a região onde se localiza o conflito.

4 O período foi assim fixado, pois as bases de dados consultadas relevam informações desde 2006.

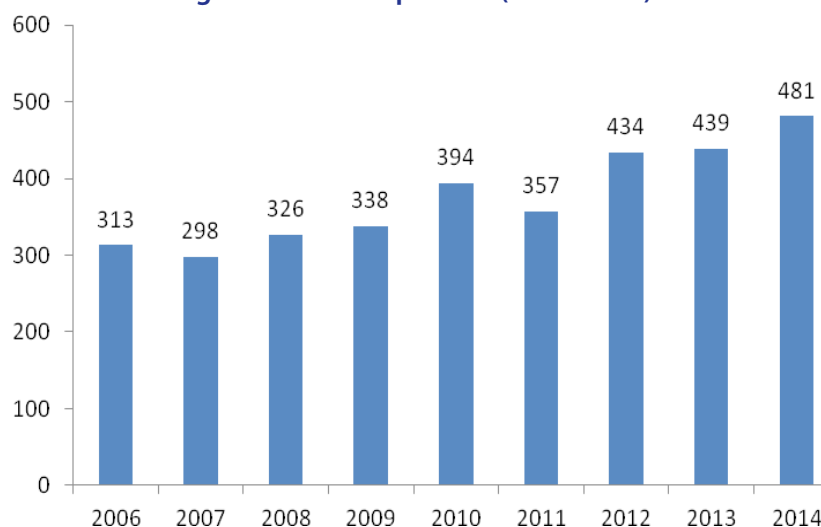
conflitos laborais nessa área refletem o comportamento dos trabalhadores assalariados significativamente superior ao dos funcionários públicos⁵. Também porque a diferença entre o setor público e o privado é mais sensível às variações da conjuntura econômica, variável que, como veremos, incidem na dinâmica dos problemas trabalhistas. Por outro lado, como indica Santella (2015), no setor industrial da atividade privada, em geral os sindicatos possuem o monopólio da representação legal. Isto leva a discutir o papel que os sindicatos desempenham nos conflitos orquestrados pelas bases operárias. Finalmente, devemos assinalar que, em ambos os setores, os conflitos apresentam dinâmicas diferentes quanto ao tipo de demandas e à duração e modalidade que assumem as ações, portanto devem ser estudados separadamente.

Caracterização

Tomando como base as estatísticas do MTEySS, entre 2006 e 2014, no setor privado argentino houve um total de 3.380 conflitos laborais com greves. A distribuição desses conflitos, por ano, mostra uma tendência crescente durante esse período. Apenas em 2011 podemos observar uma leve queda. (Gráfico 1).

GRÁFICO 1

Conflitos laborais com greves no setor privado (2006-2014)



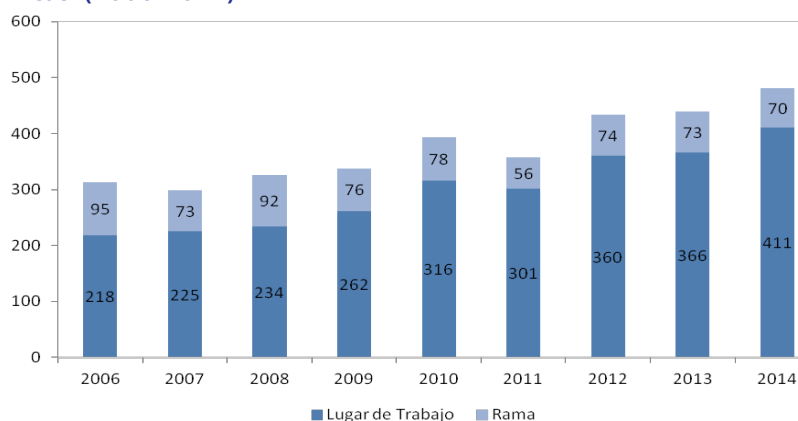
Fonte: Elaboração própria com base em dados da SSPTyEL-MTEySS

Ao diferenciar esses conflitos pelo nível de agregação das atividades econômicas onde aconteceram - áreas de atividades ou no local de trabalho - as fontes indicariam que os conflitos no local de trabalho tiveram um aumento maior que os conflitos por áreas de atividades (Gráfico 2).

⁵ Baseados em dados proporcionados pela pesquisa permanente de lares (Encuesta Permanente de Hogares), os assalariados do setor privado representam 77,5% do total, enquanto os funcionários do setor público são 21%. Há também uma pequena porcentagem (1,8%) de trabalhadores de empresas mistas e outros classificados na pesquisa do INDEC como "não sabe/não responde".

GRÁFICO 2

Conflitos laborais com greve no setor privado, por agregação das atividades econômicas (2006-2014)

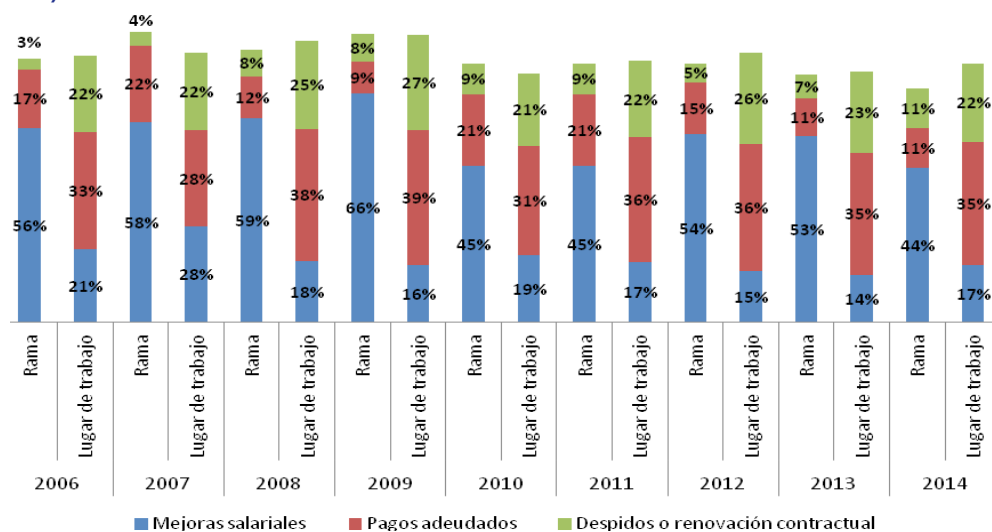


Fonte: Elaboração própria com base em dados da SSTyEL-MTEySS.

Com relação ao tipo de reclamação que motivou os conflitos, podemos estabelecer as diferenças por conflitos em áreas de atividades ou no local de trabalho. Dessa maneira, vemos que as reclamações por melhorias salariais permanecem estáveis durante o período e estabelecem um modelo de dinâmica de conflitos laborais por áreas de atividades. Por outro lado, nos conflitos no local de trabalho, os mais significativos são reclamações por pagamentos atrasados e também reclamações por demissões ou renovação de contratos (Gráfico 3).

GRÁFICO 3

Conflitos laborais com greve por agregação das atividades econômicas (2006-2014)⁶



Fonte: Elaboração da autoria, com base em dados da SSTyEL-MTEySS. Melhorias salariais / Pagamentos atrasados / Demissões ou renovações de contratos

6 Os três tipos de reclamações contemplados no Gráfico 3 (melhorias salariais, pagamentos atrasados e demissões ou renovação de contratos) representam a maior parte dos motivos pelos quais os trabalhadores se mobilizam. No caso dos conflitos no local de trabalho, essas três reclamações representam 74% do total. Dentre eles, são relevantes os conflitos por pagamentos atrasados, que representam 35%; enquanto os conflitos por áreas de atividades representam 66%, sendo 44% por melhorias salariais.

A partir dessa caracterização geral, podemos destacar a importância que assumem os conflitos no local de trabalho. Embora tenham sido muitos em cada ano do período estudado, a partir de 2010 eles têm um incremento mais acelerado que nos anos anteriores. Essa tendência permite dividir a análise da dinâmica de conflitos laborais com greve em duas etapas: a primeira, entre 2006 e 2009, em que tanto os conflitos em áreas de atividades como aqueles nos locais de trabalho mantêm um ritmo similar, e a segunda, que começa em 2010 e se estende até 2014, quando os conflitos em áreas de atividades mantêm a tendência dos anos anteriores, enquanto os conflitos no local de trabalho aumentam. O incremento é importante se consideramos, tal como mencionado anteriormente, o tipo de reclamação que prevalece nesse nível de agregação.

(1) Primeira etapa (2006-2009)

Entre 2006 e 2008, houve uma evolução moderada na quantidade de conflitos laborais e uma mudança de configuração. Isto é principalmente devido a uma maior intensidade nos conflitos laborais, explicada pelo aumento do número de grevistas⁷ que, em 2008, superou em cerca de três vezes os registrados nos dois anos anteriores e, em menor medida, pelo incremento dos dias não trabalhados por motivo de greve⁸ que, em 2008, teve um aumento de 59% com relação a 2007 e de 72% comparado a 2006 (SSPTyEL-MTEySS, 2008).

A evolução dos conflitos laborais com greve entre 2006 e 2008 reflete, por um lado, a recuperação da indústria a partir de 2002 e, por outro, o fortalecimento e a regulamentação do sistema de relações laborais por meio da negociação coletiva, pois eles acontecem fundamentalmente no marco de negociações salariais (SSPTyEL-MTEySS, 2008). No entanto, essa dinâmica é interrompida no final de 2008 quando o impacto da crise econômica internacional começa a refletir-se na indústria argentina, gerando um freio à atividade econômica. Isso pode ser observado pelas reclamações que motivaram os conflitos, pois, não obstante, em 2009 eles continuaram sendo como os do período 2006-2008, embora as demandas tenham sido diferentes⁹: as reclamações vinculadas com demissões ou renovação de contratos passaram de 13,6%, em 2008, para 21% em 2009 (SSPTyEL-MTEySS, 2009). Porém, as reclamações por melhores condições salariais continuaram sendo as mais representativas¹⁰.

Um último dado relevante, que também pode ser considerado um indicador da mudança na tendência que seguem os conflitos laborais, está re-

7 Grevistas: trabalhadores que efetivamente fizeram greve, ou seja, aqueles que participam diretamente da ação interrompendo o seu trabalho. Este indicador é construído a partir da estimativa do número de trabalhadores em estabelecimentos ou por áreas de atividades onde acontecem os conflitos, e da representação da organização que convoca a greve.

8 Jornadas individuais não trabalhadas: é o índice resultante de multiplicar a duração das greves pelo número de grevistas.

9 Em D'Urso (2014), é apresentada uma análise quantitativa dos conflitos laborais do âmbito privado argentino durante 2009.

10 Entre 2006 e 2009, as reclamações por melhorias salariais oscilaram entre 61% e 64% do total dos conflitos do setor privado, enquanto as reclamações não salariais não superaram 39%.

lacionado com o protagonismo dos delegados de base¹¹. Essa característica é explicada pelo Observatório de Direito Social (2009), baseada no conceito de *descentralização dos conflitos laborais*, referida a uma maior proporção de conflitos laborais circunscritos a uma empresa e à importância dos níveis locais de organização. Nessa mesma linha, o MTEySS aponta para uma evolução crescente de conflitos no local de trabalho que, conforme mencionado por Spaltenberg (2012), estaria originada pelo avanço dos sindicatos nos espaços produtivos.

Para concluir sobre esta primeira etapa: ela evidencia uma transição no conteúdo das reclamações, pois elas deixam de ser fundamentalmente reivindicações econômicas vinculadas a aumentos salariais para também expressar reclamações vinculadas com as consequências da crise econômica internacional na indústria argentina. Além disso, observamos certa estabilidade no número de conflitos por áreas de atividade e impulsionados por sindicatos em nível nacional e/ou regional, enquanto os conflitos localizados em estabelecimentos ou empresas crescem dando indícios de outro nível de representação.

(2) Segunda etapa (2010-2014)

A segunda etapa é inaugurada em 2010, quando o MTEySS identifica 394 conflitos laborais no setor privado, dos quais 316 foram no local de trabalho. Contrariamente, a importância da centralização de conflitos observada nos primeiros anos desta pesquisa, 81% dos conflitos com greve de 2010 foram em empresas, exacerbando a tendência a descentralizar os conflitos do local de trabalho, impulsionados por delegados e/ou comissões internas.

Continuando com a análise a partir dos dados do MTEySS, e com relação ao número absoluto de conflitos laborais, em 2011 vemos uma redução das greves que este organismo explica pela redução de conflitos em áreas de atividades¹². Nessa etapa, passado o período de maior impacto da crise econômica – desde fins de 2008 e durante 2009–, o MTEySS menciona uma recuperação da dinâmica das relações laborais vigentes desde 2003: um melhor desempenho dos processos de negociação coletiva para recompor os salários explicaria o menor número de casos que culminaram com conflitos laborais. Não obstante, ao observar as reclamações que impulsionaram as ações vemos uma reversão: entre 2006 e 2008, os trabalhadores orientaram suas demandas para a recuperação do salário real. Em contraposição, ao final de 2008 há um incremento de conflitos laborais vinculados com situações de crise e também muda o padrão de negociações coletivas; reaparecem as cláusulas de crise que pactuam suspensões, cortes de pessoal e adiantamento das férias, entre outras coisas (D'URSO, 2013).

Em 2012, 82% dos conflitos laborais aconteceram no local de trabalho,

11 Esses conflitos representaram 51% em 2008 e 64% em 2009; enquanto que os conflitos de organizações no âmbito nacional (federações e sindicatos) diminuíram de 24%, em 2008, para 22% em 2009 (ODS, 2009).

12 No primeiro semestre de 2011, houve 182 conflitos laborais com greve, uma diminuição de 12% no número de conflitos, de 11% no de grevistas e de 50% no de dias não trabalhados (menor número desde 2006) com relação ao primeiro semestre do ano anterior.

com reclamações originadas principalmente por pagamentos atrasados (36%), seguidos de reclamações por estabilidade no emprego (22%). Os conflitos por áreas de atividades representaram apenas 19% do total e, em 61 % dos casos, foram demandas por melhorias salariais na época das negociações *paritárias* (**nota do tradutor**: *são comissões formadas pelo mesmo número de representantes da empresa e dos trabalhadores, ou seja, em paridade*) (SPALTENBERG, 2012).

As características conjunturais evidenciadas na segunda etapa se intensificam nos anos 2013 e 2014, influenciadas pela desvalorização do peso argentino e os elevados índices de inflação. Não obstante, apesar da ameaça de recessão e perda de postos de trabalho, as lutas laborais não cedem, ao contrário, há um aumento, segundo as estatísticas do MTEySS.

Finalmente, o relatório do ano 2014 apresenta um incremento dos conflitos laborais no local de trabalho (366 em 2013 e 411 em 2014). Esses conflitos geraram uma série de demissões na indústria como consequência da deterioração da situação laboral durante o primeiro semestre (37% dos casos) e, também, por reclamações salariais principalmente no segundo semestre (19% dos casos) (SSPTyEL-MTEySS, 2011).

Em linhas gerais, a segunda etapa se caracteriza pela presença de conflitos originados pela desaceleração do crescimento econômico no marco da crise internacional e o surgimento de conflitos por demandas diferentes às da primeira etapa.

Essas reclamações, que começaram a surgir no fim de 2008 e se intensificaram em 2009, continuaram durante 2010 e, embora fossem diminuindo, ainda são relevantes em relação àquelas referidas a reivindicações econômicas. Isto leva a refletir, além do impacto da crise internacional na economia local, e começar a indagar a respeito das fissuras do padrão de crescimento emergente na pós-conversibilidade e a sua influência na dinâmica dos conflitos laborais. Ao mesmo tempo, devemos olhar para outros fatores político-organizacionais, tais como o impulso da negociação coletiva e os níveis de representação sindical, que também influenciaram essa dinâmica. É nessa direção que se orientam as seguintes palavras.

A conjuntura econômica e os fatores político-organizacionais como determinantes do conflito laboral

A análise dos dados sobre conflitos laborais com greve permite identificar dois momentos: 2006-2009 e 2010-2014. A partir dessa distinção, podemos ver continuidades e diferenças na dinâmica das greves durante a pós-conversibilidade, resumidas no Quadro 1. Como exporemos a seguir, essas variações que surgem no mesmo período podem explicar-se pela incidência da conjuntura econômica e, em grande parte, pela presença de fatores político-organizacionais.

QUADRO 1

Comparação das greves no setor privado argentino na pós-conversibilidade

	PRIMEIRA ETAPA (2006-2009)	SEGUNDA ETAPA (2010-2014)
CONTEXTO	Recuperação econômica pós-conversibilidade	Desaceleração econômica no marco da crise internacional
NÍVEL DE AGREGAÇÃO	Conflitos laborais nas áreas de atividades	Conflitos nos locais de trabalho
SUJEITOS QUE IMPULSIONAM A AÇÃO	Sindicatos de áreas de atividades	Comissões internas / trabalhadores de base
TIPO DE RECLAMAÇÃO	Salarial	Salarial e motivadas pela crise (ex.: demissões, pagamentos atrasados etc.)

Incidência da conjuntura econômica

A recuperação econômica que começou em 2003 foi acompanhada por um incremento nos índices de emprego formal. Segundo dados do MTEySS, entre 2002 e 2004 o emprego acumulou uma variação de 20% (aproximadamente 587 mil postos de trabalho) e o número de empresas ativas teve um aumento de 10% (SSPTyEL, 2004). Esses processos criaram um espaço propício para que os trabalhadores organizados em sindicatos apresentassem ações coletivas, cuja reclamação principal era reivindicações salariais. Nesse contexto, o dinamismo da negociação coletiva foi fundamental para transmitir ordenadamente as demandas por recomposição salarial, embora tenha sido somente em 2006 que as melhorias salariais permitiriam atingir níveis de poder aquisitivo comparado aos anteriores à desvalorização (MARTICORENA, 2015). Não obstante, em 2008 os efeitos da crise internacional começaram a repercutir na produção argentina, levando o modelo de acumulação a apresentar determinadas fissuras e, assim, surgiram conflitos expressos em demandas vinculadas a suspensões temporárias, demissões e inclusive atrasos no pagamento dos salários. Mas essas reclamações não frearam as reivindicações econômicas nas negociações *paritárias*, essas demandas foram mantidas em uma conjuntura econômica com determinadas fragilidades em relação aos anos posteriores à saída do modelo de conversibilidade.

Ao observar o comportamento de indicadores macroeconômicos, como a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) e os níveis de emprego e salário, veremos diferenças durante o período. Em estudo recente, Fernández Massi; Barrera (2014) analisam essas diferenças distinguindo dois períodos: o primeiro, compreendido entre 2003 e 2007, e o segundo, entre 2008 e 2012. Os autores mencionam um crescimento contínuo em “taxas chinesas”, entre 2003 e 2007, enquanto que, a partir de 2008, esse aumento do PIB é mais moderado¹³.

13 Para o primeiro período (2003-2007), a taxa trimestral média do PIB é 2,28%, enquanto que, entre 2008 e 2012, cai

Essas diferenças com relação ao crescimento econômico também se refletem no mercado de trabalho. Assim, entre 2003 e 2007 as taxas de desemprego e ocupação e subdesemprego superaram 10% e 8%, respectivamente. Porém, a partir de 2008 se estabilizam. Nesse cenário, os níveis salariais mantêm a pauta de negociações consolidada em 2006: negociação de acordos salariais estabelecidos pelos grandes sindicatos (ETCHEMENDY, 2011). Em geral, entre 2003 e 2007, o incremento do salário real foi superior ao da produtividade (56% e 14%, respectivamente). Logo após (2008-2012), os salários reais tiveram um aumento de 23% e a produtividade aumentou em 28%, em uma situação de erosão dos salários nominais por causa da inflação e de uma queda no nível de emprego industrial, em 2009 e 2010, como consequência da crise internacional (FERNÁNDEZ MASSI; BARRERA, 2014).

Assim, podemos ver que, efetivamente, fatores de índole econômica geraram condições favoráveis para a luta dos trabalhadores sindicalizados a partir de 2006. Não obstante, ao analisar as características que distinguem o período estudado, vemos que o comportamento das greves não foi homogêneo, mas que evidencia variações vinculadas a momentos recessivos do ciclo econômico. Essas variações não se explicam em termos quantitativos pelo aumento no número de greves em um primeiro momento mais virtuoso, nem pela sua posterior diminuição no marco da crise internacional. Porém, identificam uma distinção com relação ao nível de agregação das atividades econômicas, dos sujeitos e das reclamações que impulsionam a ação.

No entanto, os mecanismos de mercado não são apenas o único meio para explicar a dinâmica das greves. Outros mecanismos políticos, como o sistema de governo, as instituições laborais e a dinâmica interna dos sindicatos, também adquirem relevância (NORONHA, 2009). Olhar detidamente esses fatores permitirá caracterizar com mais profundidade quais são as formas que assumem os conflitos laborais no período estudado.

Fatores político-organizacionais

Em um estudo sobre determinantes da atividade grevista, Franzosi (1989) destaca a influência dos fatores político-organizacionais. Indo nessa direção, sugerimos pensar na organização dos trabalhadores argentinos na pós-conversibilidade numa primeira etapa, pela maneira com que as demandas dos trabalhadores se institucionalizam por meio das negociações coletivas, e, numa segunda etapa, pela relevância que adquirem instâncias da estrutura sindical, tais como as comissões internas e os trabalhadores de base nos conflitos localizados no local de trabalho.

Em primeiro lugar, ao observar o comportamento das greves, destacamos que, com a chegada do kirchnerismo, produz-se uma mudança nos mecanismos de regulação da relação capital-trabalho, que implicou numa mo-

para 1,23%, segundo dados do Instituto Nacional de Estadísticas e Censos (INDEC).

dificação em matéria legal e, também, do papel desempenhado pelo Estado (LENGYEL; NOVICK, 2008). A partir de 2003, o sistema de relações laborais optou por orientar as demandas dos trabalhadores sindicalizados para negociações coletivas, embora não tenha havido retrocessos na dinâmica dos conflitos laborais. Ao contrário, evidencia-se um alto nível de mobilização conduzida pelos sindicatos.

No entanto, que características assumem os conflitos laborais no período estudado? Aqui vemos duas dinâmicas diferentes: os primeiros anos (2006-2009), em que as greves impulsionadas por organizações sindicais no marco de negociações paritárias por áreas de atividades variam na mesma proporção que os conflitos localizados no lugar de trabalho; e uma segunda etapa, na qual os conflitos impulsionados em uma empresa têm um incremento mais acelerado com relação aos conflitos por áreas de atividades (Gráfico 3). Essa mudança implica uma reconfiguração com relação aos atores que impulsionaram os conflitos, destacando o protagonismo das comissões internas e/ou os trabalhadores de base. Também ao considerar o tipo de reclamação que impulsiona a ação, destacamos que os conflitos no local de trabalho são aqueles que expressam, principalmente, reclamações por pagamentos atrasados e por demissões ou renovações contratuais.

Deste modo, podemos afirmar que, durante o kirchnerismo, o conflito laboral não foi monolítico, mas houve variações em um mesmo período político. Esses momentos de disparidade se caracterizam pela conjuntura econômica em que se desenvolveram pelos sujeitos que impulsionaram essas ações e, finalmente, pela sua localização, o que também representa uma mudança nas reclamações que motivaram os conflitos.

Reflexões finais

Este trabalho tem como objetivo contribuir para o estudo dos conflitos laborais na Argentina da pós-conversibilidade e analisar sua relevância como indicadores de processos de revitalização sindical, apresentando a dinâmica das greves no setor privado por meio da comparação de duas etapas: a primeira, transcorrida entre 2006 e 2009, e a segunda, entre 2010 e 2014. Essa comparação permite observar como a conjuntura econômica e outras questões vinculadas a fatores político-organizacionais, tais como o nível de institucionalização dos conflitos por meio das negociações coletivas e a relevância de instâncias de organização, incidem nos espaços de trabalho, mobilizadas por comissões internas e/ou trabalhadores de base.

Assim, foi possível identificar pontos de continuidade e diferenças entre ambos os momentos, os quais tornam complexos os debates sobre revitalização sindical, pois esses conflitos laborais são às vezes utilizados como indicadores de um processo de reativação dos sindicatos. O nosso trabalho apresenta determinadas evidências que comprovam que a dinâmica dos conflitos com greve na pós-conversibilidade não esteve apenas caracterizada por ações mo-

bilizadas pelas cúpulas sindicais no marco das negociações paritárias, como também pela relevância dos conflitos laborais nos locais de trabalho. Neles, as reclamações que impulsionam as ações refletiram questões vinculadas às consequências da desaceleração da expansão econômica após o fim do modelo de conversibilidade. Desta forma, vimos surgir dessas bases enérgicas reclamações vinculadas com demissões, suspensões temporárias e pagamentos atrasados.

Nesse cenário, as evidências que aportam nosso trabalho convidam a aprofundar a hipótese da revitalização tal como foi discutida na Argentina. A dinâmica dos conflitos laborais durante o período estudado não é monolítica; ela apresenta variações em função da conjuntura econômica e, o que é ainda mais relevante, com relação aos sujeitos e reclamações que impulsionam as ações. Assim, surgem processos de mobilização dos trabalhadores sindicalizados em ambos os níveis durante todo o período. Não obstante haver um aumento de conflitos nas bases na segunda etapa, as greves mobilizadas pelas cúpulas sindicais continuam durante todos os anos estudados.

Indo além dos níveis em que o conflito está situado ou se essa localização expressa ou não um processo de revitalização sindical, é oportuno salientar sobre a pertinência dos conflitos laborais como indicadores desse processo. Nós consideramos que o aumento ou a diminuição não são os pontos nevrálgicos da análise, o que deve ser feito é comprovar até que ponto os conflitos laborais expressam a presença de mudanças no plano político, ideológico e organizativo. As evidências empíricas de nosso trabalho não permitem dar uma resposta a este assunto, porém abrem uma porta para analisar se os conflitos nos locais de trabalho que marcam a pauta a partir de 2009 expressam, tal como diz Spaltenberg (2012), um ativismo de base orientado por sindicatos tradicionais, ou institucionalizados, ou, como indicado em um estudo recente do setor automotivo (D'URSO; LONGO, 2015), se também surgem conflitos mais radicais, ou prejudiciais e cujas reclamações transcendem as demandas de tipo econômico.

Para concluir, retomamos uma das perguntas do início deste texto referida ao que representam os conflitos na Argentina da pós-conversibilidade. A análise apresentada mostra a relevância que adquiriram as negociações coletivas como instância por meio da qual foram canalizadas as demandas dos trabalhadores em um primeiro momento, quando a recuperação do salário era a maior reclamação nos conflitos laborais. Não obstante, o posterior aumento de conflitos impulsionados desde o local de trabalho mostrou determinadas fissuras do sistema de relações laborais, que, desde 2009, enfrenta contradições e limitações próprias do modelo de acumulação. Apesar disso, destacamos que o movimento operário organizado não retrocede. Pelo contrário, são as suas ações impulsionadas desde os espaços de trabalho as que protagonizam lutas ofensivas. Isto abre novas interrogações com relação à orientação que essas lutas tomarão nos próximos anos e qual será o papel que desempenhará o movimento operário organizado e sindicalizado nesse novo ciclo de conflitos

laborais e sociais que se aproxima.

Referências bibliográficas

ATZENI, M. ; GHIGLIANI, P. The reemerge of workplace based organization as the new expression of conflict in Argentina. In: GALL, G. **New forms and expressions of conflict at work**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2013. P. 66-85.

BEHERENS, M.; HAMANN, K.; HURD, R. Conceptualizing Labour Union Revitalization. In: FREGE, Carola M.; KELLY, John (Eds.). **Varieties of unionism. strategies for union revitalization in a globalizing economy**. Oxford: Oxford University Press. 2004. p. 11-29.

D'URSO, L. Relaciones laborales y crisis internacional: análisis del conflicto laboral y la negociación colectiva en el sector automotriz argentino (2007-2011). CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDIOS DEL TRABAJO – ASET., 11. Buenos Aires: ASET. **Anales...**, 7, 8 y 9 de agosto. 2013.

D'URSO, L. Acción colectiva y crisis internacional. Un análisis de los conflictos laborales del sector privado argentino (2009): metodología de construcción de tipologías para el análisis de la realidad social. Buenos Aires: UAB, 2014. Disponible em: http://ddd.uab.cat/pub/trerecpro/2014/117076/TFG_ldurso.pdf

D'URSO, L. El conflicto laboral como indicador de revitalización sindical: una aproximación a partir del caso del sector automotriz argentino (2006-2014). Revista conflicto Social. Buenos Aires, 2016

D'URSO, L.; LONGO, J. Sindicalismo y política: el caso de la autopartista Lear como experiencia de sindicalismo radical en Argentina. In: CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDIOS DEL TRABAJO – ASET, 12., Buenos Aires. **Anales...** Buenos Aires, 1, 5, 6 y 7 de agosto, 2015.

ETCHEMENDY, S.; COLLIER, R. Golpeados pero de pie: resurgimiento sindical y neocorporativismo segmentado en Argentina (2003-2007). **POSTData**, Buenos Aires, n. 13. p. 145-192, 2008.

ETCHEMENDY, S. El diálogo social y las relaciones laborales en Argentina 2003-2010: estado sindicatos y empresarios en perspectiva comparada. Santiago: OIT, 2011.

FERNÁNDEZ MASSI, M. ; BARRETA, F. **La dinámica salarial en la industria argentina (2003-2012): un estudio sobre la** productividad como límite superior. In: JORNADAS DE ECONOMÍA CRÍTICA. **Textos...**La Plata, 16, 17 y 18 de octubre. 2014.

FRANZOSI, R. One hundred years of strike statistics: methodological and theoretical issues in quantitative strike research. **Industrial and Labor Relations Review**, v.. 42, n. 3, p. 348-362, apr. 1989

FREGE, C.; KELLY, J. Union revitalization strategies in comparative perspective. **European Journal of Industrial Relations**, v. 9, n. 1, p. 7–24, 2003.

H Aidar, J. Volver a las fuentes: un estudio sobre los alcances de la revitalización en el Sindicato de Luz y Fuerza. **Trabajo y Sociedad** , n. 21, 2013. Adis-

ponível em: <http://www.unse.edu.ar/trabajosociedad/21%20HAYDAR%20sindicato%20crisis%20revitalizacion.pdf>

IÑIGO CARRERA, N. **Algunos instrumentos para el análisis de las luchas populares en la llamada historia reciente**. Buenos Aires, 2007. Mimeo.

KELLY, John. **Rethinking industrial relations**. London: Routledge, 1998.

LENGUITA, P.; MONTES Cató, J. **El sindicalismo de base en la recomposición política de los lugares de trabajo**. CEIL, 2010. Artículo del mes. Disponible em: <http://goo.gl/qkWHqH>

LENGYEL, M.; NOVICK, M. **El modelo social en la Argentina**. los desafíos y dilemas post-crisis. Ginebra, 2008. Estudio presentado en ILS-ILO.

LONGO, Julieta **¿Renovación de las tradiciones sindicales en ámbitos laborales precarizados?: un análisis de las organizaciones sindicales en empresas supermercadistas durante la posconvertibilidad**. (Tesis de doctorado) - Universidad de Buenos Aires, Argentina, 2014.

MARTICORENA, C. (2014). Trabajo y negociación colectiva. Los trabajadores en la industria argentina, de los noventa a la posconvertibilidad. Buenos Aires: Imago Mundi.

MAURIZIO, R.; PERROT, B., VILLAFANE, S. Políticas públicas y empleo: desafíos y oportunidades en una economía global. **Informe Nacional del Impacto Social de la Globalización**, Capítulo 3. Buenos Aires: OIT-MTEySS, 2009.

NORONHA, E. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. **Lua Nova**, São Paulo. 2009. Disponible em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a05>

ODS - Observatorio del Derecho Social (ODS). Conflictividad laboral y negociación colectiva. **Informe anual 2009**. Disponible em: http://www.obderechosocial.org.ar/docs/anual_conflictos_2009.pdf

PALOMINO, H. (2007b). Panel De la protesta social al conflicto sindical. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE RELACIONES DEL TRABAJO – UBA, I., Buenos Aires. **Anais...** Primer Congreso Internacional de Relaciones del Trabajo-UBA. Buenos Aires, 26, 27 y 28 de septiembre 2007b. Disponible em: <http://www.relacionesdeltrabajo.fsoc.uba.ar/docs/001-palomino.pdf>.

PALOMINO, H. **Un nuevo indicador del Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social**: los conflictos laborales en la argentina 2006-2007. Dirección de Estudios de Relaciones del Trabajo (DERT), Subsecretaría de Programación Técnica y Estudios Laborales (SSPTyEL), Ministerio de trabajo, Empleo y Seguridad Social (MTEySS). 2007b. Disponible em: http://www.trabajo.gob.ar/left/estadisticas/descargas/toe/toe_07_01.pdf

SANTELLA, A. ¿Revitalización sindical en Argentina? : conflictos laborales en el sector automotriz. In: SENÉN GONZALES, C.; DEL BONO, A. **Revitalización sindical en Argentina: heterogeneidades sectoriales** . Buenos Aires: Promeo. 2013. p. 77-100).

SANTELLA, A. Dinámicas de conflicto laboral: un estudio sobre empresas automotrices en Argentina. **Sociología del Trabajo, Nueva Época**, n. 85, p. 27-46, otoño de 2015.

SENÉN GONZALEZ, C.; HAIDAR, J. Los debates acerca de la "revitalización sindical y su aplicación en el análisis sectorial en Argentina, **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, n. 22, 2009. Disponible em: http://relet.iesp.uerj.br/Relet_22/art1.pdf

SENÉN GONZÁLEZ, C.; DEL BONO, A. (Coord.). **La revitalización sindical en Argentina: alcances y perspectivas**. Buenos Aires: Prometeo; UNLaM. 2013.

SENÉN GONZALES, C.; MEDWID, B. Resurgimiento del conflicto laboral en la Argentina pos-devaluación: un estudio en el sector aceitero. **Revista Argumentos**, UAM-X. México D.F., n. 54, , 2007

SPALTENBERG, R. La diversidad de los conflictos laborales: dispersión y centralización en las lógicas de acción de los asalariados privados. **Trabajo, ocupación y empleo**, n. 11, MTESS, 2012. Disponible em: <http://www.trabajo.gob.ar/left/estadisticas/descargas/conlab/ConflictosLaboralesenelambitoPrivado.PrimerSemestrede2012.pdf>

SSPTyEL, MTEySS - Subsecretaría de Programación Técnica y Estudios Laborales. **El impacto de la nueva fase de crecimiento en el empleo y en las empresas (2003-2004)**, 2004. Disponible em: http://www.trabajo.gob.ar/left/estadisticas/descargas/oede/6_impacto.pdf

SSPTyEL, MTEySS - Subsecretaría de Programación Técnica y Estudios Laborales. **Los conflictos laborales en el trienio 2006-2008**. Disponible em: http://www.trabajo.gob.ar/left/estadisticas/descargas/conlab/Conflicto_Laboral_2006_2009.pdf

SSPTyEL, MTEySS - Subsecretaría de Programación Técnica y Estudios Laborales . **Los conflictos laborales de 2009**. Disponible em: <http://www.trabajo.gob.ar/left/estadisticas/descargas/conlab/LosConflictosLaborales2009.pdf>

SSPTyEL, MTEySS - Subsecretaría de Programación Técnica y Estudios Laborales . **Los conflictos laborales de 2011**. Disponible em: <http://www.trabajo.gob.ar/left/estadisticas/descargas/conlab/Losconflictoslaboralesenelprimersemestrede2011.pdf>

VARELA, P. El sindicalismo de base en la Argentina de la posconvertibilidad: hipótesis sobre sus alcances y potencialidades. In: GRIGERA, J. **Argentina después de la convertibilidad (2002-2011)**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2013.